

RECEBI O ORIGINAL

Em: 13/09/2024

CAE nº 11.5.251



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 144/2024

Empresa/Interessado: Nordeste Indústria e Comércio Ltda		
Endereço p/correspondência: Av. Torquato Tapajós, n° 13.771, Lago Azul, Manaus-AM		CEP:
CNPJ/CPF: [REDACTED] 70 [REDACTED] 6/0 [REDACTED]	Inscrição Estadual (SEFAZ-AM):	
Fone: [REDACTED] 2 [REDACTED] -6 [REDACTED]	E-mail:	
Processo n°: 004152/2023-33	ASV decorrente da LI N°: 075/2024	
Modalidade do Projeto no SINAFLOR: Corte de Árvore Isolada - CAI		
Nome do Empreendimento: Nordeste Indústria e Empreendimento		
Recibo SINAFLOR: 21319611	Área a ser suprimida: 1,103 ha	
Registro No IPAAM: 1012.1507	Compensação Ambiental: NA	
Volumetria Autorizada (dados do Inventário Florestal): 14,063st lenha		
Finalidade: Autorizar o corte de indivíduos arbóreos para a ampliação da infraestrutura operacional do empreendimento com a construção de 01 Galpão em uma área de 1,103 ha.		
Potencial Poluidor/Degradador:	Porte: Pequeno	Validade: 01 Ano
Responsável Técnico pela Elaboração/Execução: Pablo Roberto da Silva Ozório – Eng. Ftal		
Anotação de Responsabilidade Técnica-ART: AM20240436932 (Chave n°: ay6BZ)		

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO

Proprietário do Imóvel: Nordeste Indústria e Comércio Ltda	
CPF/CNPJ: [REDACTED] 970 [REDACTED] 6/0 [REDACTED]	CAR: NA
Área do Imóvel: 6,4 ha	
Localização: Av. Torquato Tapajós, n° 13.771, Lago Azul, Manaus-AM	

Coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000):

VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE	VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE
L1	2° 57' 54,490" S	60° 1' 4,972" W	L8	2° 57' 49,826" S	60° 1' 9,059" W
L2	2° 57' 54,189" S	60° 1' 4,972" W	A185	2° 57' 49,647" S	60° 1' 12,861" W
L3	2° 57' 53,978" S	60° 1' 6,740" W	A9	2° 57' 53,956" S	60° 1' 12,816" W
L4	2° 57' 53,430" S	60° 1' 7,731" W	A8	2° 57' 53,956" S	60° 1' 12,816" W
L5	2° 57' 53,337" S	60° 1' 8,465" W	A7	2° 57' 53,957" S	60° 1' 12,817" W
L6	2° 57' 51,450" S	60° 1' 8,368" W	A6	2° 57' 53,957" S	60° 1' 12,818" W
L7	2° 57' 51,421" S	60° 1' 9,145" W			

Manaus-AM, 13 SET 2024

Edmilson Souto C. Junior
Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal - DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
instagram.com/@lpaamam
facebook.com/@lpaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque
Dez, CEP: 69050-030 - Manaus/AM

Instituto de Proteção
Ambiental do Amazonas
IPAAM

RESTRIÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 144/2024

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 004152/2023-33, e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLOR;
7. Para o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta Autorização de Supresso Vegetal – ASV (modalidade Corte de Árvore Isolada – CAI), o empreendedor/detentor da ASV deverá solicitar a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF junto ao IPAAM, o que corresponde uma posterior inserção de novo pedido junto ao SINAFLOR;
8. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
9. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
10. Em caso de solicitação de nova solicitação, o executor deve apresentar relatório parcial da supressão da vegetação executada conforme Termo de Referência deste OEMA com a respectiva ART do profissional habilitado.
11. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
12. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória à homologação do pátio;
13. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
14. A doação de produtos da volumetria autorizada não dispensa o transporte sem o Documento de Origem Florestal – DOF.
15. Após a emissão da AUTEX e posterior declaração de corte no SINAFLOR, os créditos dos produtos ficarão disponíveis no DOF para destinação.
16. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06.
17. Os créditos de Reposição Florestal serão cadastrados no CPF/CNPJ do detentor da LAU, ou caso solicitado via requerimento no ato do protocolo, para terceiros indicados pelo detentor da licença.
18. A saída de matéria prima do empreendimento cujo transporte seja considerado econômica ou logisticamente inviável deverá ser devidamente justificada.
19. O interessado deve apresentar relatório final da atividade de supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m³/st, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes.
20. Esta LAU de supressão da vegetação não autoriza o corte de castanheiras localizadas na área objeto da presente solicitação de corte de árvores isoladas. Neste caso, o interessado deverá proceder com nova solicitação de corte junto ao sistema SINAFLOR.